



RECONFIGURAÇÕES DO ESTADO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Alba Maria Pinho de Carvalho

Universidade Federal do Ceará, Brasil

Alcides Fernando Gussi

Universidade Federal do Ceará, Brasil

Carlos Américo Leite Moreira

Universidade Federal do Ceará, Brasil

Jawdat Abu-El-Haj

Universidade Federal do Ceará, Brasil

Agamenon Tavares de Almeida

Universidade Federal do Ceará, Brasil

RESUMO

A análise proposta centra-se nas reconfigurações do Estado e das Políticas Públicas no contexto da crise contemporânea do sistema do capital, tomando, como ponto de inflexão, a crise econômica mundial de 2008 e suas manifestações nos Estados Unidos, na Europa e na América Latina. Sustentamos a tese de que está em curso uma crise estrutural do capital que se expressa em múltiplas dimensões no interior da atual civilização capitalista. Entendemos ser o Estado um elemento central no processo de acumulação do capital a assumir diferentes padrões de intervenção. Interessa-nos discutir as reconfigurações do Estado no âmbito da mundialização com dominância financeira, adentrando nas formas de intervenção estatal no pós-crise. Neste cenário, buscamos circunscrever tensões configuradas no campo das políticas de ajuste, contraditoriamente concebidas e implementadas nos marcos da emergência de um “neo-keynesianismo” que, no tempo presente, revela-se incapaz de apontar saídas para esta crise, como o fez na crise do capital da década de 1930. Ao delinear este padrão contemporâneo de intervenção estatal, incidimos o nosso olhar nas políticas públicas, privilegiando as formas de atuação do Estado face às expressões de Questão Social que se complexificam e se agravam no cenário da crise. Propomo-nos analisar padrões assumidos pelas políticas públicas de natureza social, especificamente neste contexto do Estado e da sociedade em tempos de crise, enfatizando, de modo particular, a experiência brasileira recente. Compreendemos ser este um desafio investigativo que se coloca como urgente e prioritário no campo da avaliação de políticas públicas, em uma perspectiva sócio-política e cultural, a encarnar níveis de complexidade analítica no desvendamento do capitalismo no século XXI, nos circuitos contraditórios de sua crise.



RECONFIGURAÇÕES DO ESTADO E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Alba Maria Pinho de Carvalho¹
Alcides Fernando Gussi²
Carlos Américo Leite Moreira³
Jawdat Abu-Ei-Haj⁴
Agamenon Tavares de Almeida⁵

RESUMO

A análise centra-se nas reconfigurações do Estado e das Políticas Públicas no contexto da crise contemporânea do capital. Sustentamos a tese de que está em curso uma crise estrutural do capital, expressa em múltiplas dimensões. Interessa-nos discutir as reconfigurações do Estado, adentrando nas formas de intervenção estatal no pós-crise. Buscamos circunscrever tensões no campo das políticas de ajuste, nos marcos de um “neo-keynesianismo”. Incidimos o nosso olhar nas políticas públicas, discutindo dilemas assumidos pelas políticas de natureza social. Trata-se de um desafio investigativo prioritário na avaliação de políticas públicas, em uma perspectiva sócio-política e cultural, a exigir complexidade analítica.

Palavras-chave: crise estrutural; intervenção estatal; políticas públicas; avaliação

ABSTRACT

Analysis is focused on reconfigurations of the State and Public Policies within the context of the current crisis of capital. It is hold that a major structural crisis in under way as expressed in several dimensions. It is of interest discussing State's reconfigurations by evaluating post-crisis forms of State intervention. Study was confined to tensions within the field of adjustment policies, according to a neo-Keynesian tiers. Looking into public policies, it is discussed issues related to policies of a social nature. It is a major investigative challenge in the evaluation of public policies according to socio-political and cultural approach that requires analytical complexities.

Keywords: Strutral Crisis, State Intervention, Public Policies. Evaluation

¹ Doutora. Universidade Federal do Ceará (UFC). albacarvalho@gmail.com

² Doutor. Universidade Federal do Ceará (UFC). agussi@uol.com.br

³ Doutor. Universidade Federal do Ceará (UFC). americo@ufc.br

⁴ Doutor. Universidade Federal do Ceará (UFC). jawdat@ufc.br

⁵ Mestre. Universidade Federal do Ceará (UFC). agamenont@terra.com.br



1. DEMARCAÇÕES PRELIMINARES: à guisa da Introdução

A crise que irrompe no cenário mundial em 2008 constitui um “*momento decisivo deste século XXI, no qual tudo que parecia sólido se liquefaz, encontrando-se o capitalismo em forte processo de liquefação*” (ANTUNES, 2009, p.11). Ao avaliar o cenário da “Crise do Capital em Crise”, István Mészáros sublinha que “pela primeira vez na História, o capitalismo confronta-se globalmente com seus próprios problemas, que não podem ser ‘adiados’ por muito mais tempo nem, tampouco, transferidos para o plano militar a fim de serem ‘explorados’ como guerra generalizada (MÉSZÁROS, 2009). De fato, a crise, sempre em aprofundamento, revela a incapacidade do capitalismo de encontrar soluções duradouras para seus problemas. Inegavelmente esta crise do sistema do capital, encarna uma “importante lição da História” que precisamos compreender e avaliar.

Nessa perspectiva, acreditamos que a chamada crise financeira global é um epifenômeno de uma questão profundamente grave: a lógica de expansão do sistema do capital, gestando a crise do valor. Na verdade, as raízes da crise encontram-se fincadas no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo, com novas formas de acumulação e de valorização, gestando novas formas de dominação social.

A questão decisiva a tratar refere-se à natureza da crise global em desenvolvimento e às condições necessárias para a sua solução factível. Isso exige o desvendamento mais profundo dos significados da crise atual, seu sentido global, estrutural e sistêmico, sua marca agudamente destrutiva (ANTUNES, 2009). Nesse sentido, torna-se crucial abordar os elementos determinativos da crise estrutural no processo de expansão do capital nas últimas quatro décadas, enfocando a crise do valor e a financeirização da economia (CARVALHO, 2010b).

Essa análise permitirá refletir sobre a natureza da crise atual e o seu enfrentamento no âmbito das formas de regulação do capital, pelos governos dos “países em crise”, discutindo o chamado fenômeno do “regresso do Estado”, a encarnar o remédio do neokeynesianismo. E, principalmente, as reconfigurações do Estado e das Políticas Públicas no contexto dessa crise contemporânea do sistema do capital. A nossa discussão estrutura-se a partir da tese fundante de que está em curso uma crise estrutural do capital que se expressa em múltiplas dimensões no interior da atual civilização capitalista. Entendemos ser o Estado um elemento central no processo de acumulação do



capital a assumir diferentes padrões de intervenção. No contexto da crise contemporânea do Capital, interessa-nos discutir as reconfigurações do Estado, desenvolvendo um pensar crítico sobre as suas formas de intervenção, ampliando a reflexão sobre as potencialidades das políticas públicas no dilema de assegurar bem-estar coletivo em tempos de “mal-estar” nos circuitos de crise. Estamos convictos que a temática, aqui circunscrita, constitui um desafio investigativo que se coloca como urgente e prioritário no campo da avaliação de políticas públicas, em uma perspectiva sócio-política e cultural, a encarnar níveis de complexidade analítica no desvendamento do capitalismo no século XXI.

2. ELEMENTOS DETERMINATIVOS DA CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL NO SÉCULO XXI

Nas três últimas décadas do século XX e a primeira do século XXI, a civilização do capital, no contexto da Tecnociência, nos circuitos cibernéticos-informacionais, acirra e torna mais visível a contradição fundamental, assinalada por Marx, nos Grundrisse (1971): a crescente substituição do trabalho vivo de homens e mulheres (trabalho humano direto) pelo trabalho morto, objetivado nas máquinas.

Hoje, as chamadas “*máquinas inteligentes*” mostram-se imprescindíveis aos processos de acumulação capitalista, tornando descartável o saber e o fazer de amplo contingente de trabalhadores e trabalhadoras, no âmbito da monumental reestruturação produtiva, a partir de meados da década de 1970, em resposta à crise do padrão fordista-keynesiano de acumulação.

De fato, no dizer de Mészáros (2002), com base na crescente e imaginável “*tecnologização da ciência*”, o sistema de controle do metabolismo social atingiu um estágio em que lhe é necessário expulsar centenas de milhões de indivíduos do próprio processo de trabalho, o que coloca essencialmente em questão tal sistema.

Esta forma contemporânea de funcionamento do sistema, a substituir, de modo crescente e intensivo, o trabalho vivo de homens e mulheres pelo trabalho morto objetivado nas máquinas, atinge a base de valorização do capital: o tempo de trabalho cada vez mais se reduz e cada unidade de mercadoria encarna uma quantidade, cada vez menor, de trabalho vivo, a encarnar cada vez menos valor. E, ao mesmo tempo, com a tecnologização da ciência, a capacidade de produção aumenta em ritmo vertiginoso.



Estamos em um sistema-mundo em que tudo é mercadoria, em que se produz loucamente para se consumir loucamente e se consome loucamente para se produzir mais loucamente (BENJAMIN, 2004). Desse modo, estamos diante de uma “crise de realização do valor”, a impor um consumo de massa extremado. Tal crise incide, de forma predatória, na exploração ilimitada da natureza, manifestando-se, assim, numa crise de destruição ecológica, ambiental. A potência técnica, extremamente desenvolvida, desconectada de fins humanos, está a serviço da barbárie...

Esta crise de realização do valor leva o sistema a assumir novas formas de acumulação via intensificação da financeirização da economia. Deflagra-se um novo momento no interior da civilização do capital, a encarnar novas formas de acumulação e valorização do capital, gestando novas formas de dominação: padrão de dominação social abstrata, sutil, polifacetada, indefinida... Agravam-se e ampliam-se contradições, assimetrias, apartações e desigualdades. Acirra-se o valor-dissociação. São mais de três décadas de “mundialização com dominância financeira”, instaurando um novo regime de acumulação: a acumulação rentista (CHESNAIS, 2005).

É o domínio do capital especulativo, parasitário, criando, artificialmente, o capital fictício, em seus múltiplos produtos, nos processos da acumulação rentista: dinheiro a fazer render mais dinheiro, precisamente $D-D'$, nas formulações marxianas (MARX, 1983). Marx, genialmente, percebeu que o capital procuraria ampliar suas possibilidades de acumulação nesta forma $D-D'$, na qual ele nunca deixaria de existir como riqueza abstrata.

Marx previu que esta forma de acumulação teria peso crescente e, à medida que passasse a predominar, a instabilidade seria cada vez maior. E, exatamente, é o que acontece hoje, com a disparada da acumulação financeira global. Tem-se, de fato, uma expansão sem limites da riqueza abstrata, em suas “ficções numéricas”, chegando a extremos, na forma de capital que parece ganhar autonomia. É o “fetichismo particular do dinheiro” – vislumbrado por Marx em “O Capital” – levado à sua forma extrema. É o que bem sintetiza Cesar Benjamin: “Produz-se por dinheiro, especula-se por dinheiro, mata-se por dinheiro, corrompe-se por dinheiro, organiza-se toda a vida social por dinheiro, só se pensa em dinheiro. E, a acumulação de riqueza abstrata é, por definição, um processo sem limites...” (BENJAMIN, 2004, p.3)

É o regime de acumulação submetido ao capital financeiro que, momentaneamente, pode se constituir uma potência econômica e socialmente autônoma.



De fato, essa acumulação rentista do capital é instável e insustentável, encarnando o caráter fluido, flácido, etéreo da riqueza capitalista. A valorização do capital sem trabalho é fictícia e sua instabilidade é maior. Assim, nesta forma extremada do fetichismo do dinheiro, criam-se as “*famosas bolhas financeiras*” que, como “*bolhas de sabão*”, explodem, fazendo irromper a tal famosa e proclamada crise financeira do capital mundial, nesta primeira década do século XXI.

Marx anteviu que a civilização do capital entraria em crise quando essa forma de acumulação rentista, a partir do capital fictício, se tornasse predominante... É o que aconteceu no século XXI, justamente a partir da crise da realização do valor, instaurada nas últimas décadas do século XX. César Benjamin, de forma irônica, mostra a genialidade de Marx, ao prever o irromper desta crise estrutural, quando este jornalista, exatamente no dia 20 de Setembro de 2008, em meio ao pânico da crise financeira global, escreve artigo na Folha de São Paulo, com o título: “Marx manda lembranças! De fato, o pensamento de Marx nunca esteve tão vivo...”

Cabe aqui um destaque: paradoxalmente, a crise estrutural do sistema do capital levou vários empresários e jornalistas a redescobrirem Marx como pensador que, genialmente, tinha anunciado a economia globalizada moderna, abrindo chaves analíticas para compreender os abalos estruturais do sistema do capital, encarnado em sua crise estrutural, crise de seus fundamentos. Inegavelmente, o pensamento de Marx nunca esteve tão vivo!... É o que sustenta Mészáros (2009), no título de uma de suas produções, ao analisar a crise atual: “A crise em desdobramento e a relevância de Marx”. A sua tese é que a crise em curso coloca, no horizonte, a relevância do pensamento marxiano e o desafio coletivo para a construção de uma maneira distinta de produzir a vida!...

3. A EMERGÊNCIA DA CRISE NA DINÂMICA INTERNA DO SISTEMA DO CAPITAL NOS CIRCUITOS DA ACUMULAÇÃO RENTISTA

A análise dos elementos determinativos da crise contemporânea do capital, pressupõe compreender a dinâmica do sistema “por dentro”, dando visibilidade aos mecanismos que estruturam a acumulação rentista e que, na sua dinâmica viabilizaram a emergência da crise, a eclodir na esfera financeira. Senão vejamos!

Uma das características do regime de acumulação de dominância financeira foi intensificar as transferências de recursos da esfera produtiva em direção à esfera



financeira. Essas transferências se efetuam notadamente através de títulos negociáveis sobre compromissos de caixa futuro (ações, títulos) e perduram enquanto a acumulação não for interrompida por graves crises que afetam, simultaneamente, a produção, as trocas comerciais e os mercados financeiros, ou não aconteçam eventos políticos relevantes que conduzam a uma moratória das dívidas públicas (CHESNAIS, 1997).

O processo de securitização da dívida pública dos países desenvolvidos constitui um exemplo de transferência da riqueza originada na esfera produtiva para a esfera financeira. Esse processo consiste essencialmente no financiamento dos déficits públicos dos Estados, através de mecanismos de emissão de títulos da dívida pública. Esses títulos oferecem taxas de rentabilidade elevada e de curto prazo, com o intuito de atrair os investidores financeiros. As políticas de taxa de juros reais elevadas estão ligadas a esta lógica de financiamento dos Estados. Estes últimos são obrigados a se financiar, através dessas operações em função do baixo dinamismo da receita fiscal resultante da redução do nível de consumo assalariado, fruto da implementação de uma política salarial restritiva e da flexibilização do mercado de trabalho.

Ademais, o contexto de baixo crescimento - que caracteriza as economias centrais nesse novo regime de acumulação - tem reflexos negativos sobre a produção e o emprego, agravando ainda a base de arrecadação fiscal. A deterioração da capacidade de arrecadação engendra uma forte pressão, no sentido de racionalizar as despesas públicas. Portanto, o orçamento tenderia nesse novo contexto a ser preferencialmente pró-cíclico e não anti-cíclico, como no regime de acumulação precedente (Boyer, 1999).

Face à redução da base de arrecadação fiscal e à necessidade de remunerar a taxas elevadas os detentores de capital, o Estado é obrigado a reduzir suas despesas. Sua capacidade de intervenção no sentido de colocar em prática políticas voltadas para fortalecer a produção, a demanda e o emprego encontra-se extremamente limitada. Isto que acarreta uma diminuição do ritmo de acumulação produtiva. Portanto, o fenômeno que mais contribui para a deterioração fiscal está relacionado com as políticas de taxa de juros elevadas que se mantiveram, sistematicamente, acima do ritmo de crescimento econômico (TAVARES e MELIN, 1997; PHILON, 1996). Nos anos 80 e no início dos anos 90, a dívida pública constitui-se o principal meio de transferência de rendas em benefício do capital financeiro.

Os recursos financeiros, originados do endividamento dos Estados, permitiram a reconstrução dos mercados financeiros que foram capazes de assegurar a dominação do



capital rentista sobre o setor produtivo. Essa reconstrução tem algumas características. A primeira, está relacionada com o uso da securitização e dos derivativos como instrumentos capazes de repartirem o risco. A lógica da securitização é de transformar um crédito em um título que pode ser negociado com investidores. Todas as formas de crédito passaram a ser securitizados: créditos hipotecários, créditos direcionados às empresas, créditos para financiar operações de fusão/aquisição, crédito ao consumidor, etc.

Na avaliação de Tavares (2009), a proliferação de derivativos especiais de crédito e a criação de fundos de securitização (hedge funds), sem base de sustentação e sem supervisão bancária, possibilitaram o desenvolvimento de um vasto “sistema financeiro sombra”.

Outra dimensão importante desse movimento de reconstituição dos mercados financeiros refere-se ao financiamento das grandes empresas diretamente no mercado. Esse modo de financiamento foi particularmente importante nos Estados Unidos, a partir da segunda metade dos anos noventa. Em troca de recursos, torna-se necessário oferecer rendimentos aos acionistas, sob forma de dividendos ou mais-valias obtidas na aquisição ou venda de ações. Esse objetivo é, muitas vezes, alcançado por grandes grupos industriais que adotam estratégias agressivas de aquisição/fusão como forma de ampliar suas fatias de mercado. Os investidores - que apostaram nos lucros potenciais das empresas ligadas à “nova economia” - obtiveram também expressivos rendimentos. Alias, foi, justamente, dessa maneira que a bolha especulativa em torno das novas tecnologias de comunicação foi formada.

A resposta a essa crise do modelo de acumulação, sob o domínio da finança, particularmente na economia americana, foi a intensificação de práticas cada vez mais arriscadas. A queda vertiginosa das taxas de juros, a partir de 2001, engendrou uma mudança dos movimentos especulativos em bolsa de valores para o setor imobiliário.

Entre 2004 e 2006, uma das atividades de securitização mais dinâmicas estava relacionada com os créditos imobiliários, destinados às famílias de rendas modestas e/ou instáveis. A securitização possibilitou a criação de vários produtos financeiros, ditos estruturados, como os CDO (*Collateralised Debt Obligations*), permitindo que os bancos e os organismos de crédito hipotecários não se preocupassem com a capacidade desses devedores honrarem seus compromissos. A deflação dos preços dos imóveis, iniciada em 2006, desencadeou um processo de desvalorização desses títulos. A desconfiança



generalizada leva a uma escassez de créditos, obrigando a intervenções sistemáticas dos Bancos Centrais, no sentido de injetar liquidez no sistema.

Todos esses mecanismos de financeirização são compreendidos por Foster e Magdoff (2009) como a *resposta do capital a tendência de estagnação da economia real*. Nesse sentido, *uma crise de financeirização significa, inevitavelmente, um ressurgimento da estagnação econômica endêmica, subjacente a economia do capitalismo avançado*.

Ou seja, esse mecanismo apresenta-se como uma contratendência à crise provocada pela redução de sua base de valorização. Com a financeirização paralisada, o capital tentará recompor sua lucratividade na esfera real, em um contexto de intensificação da contradição central. Esse processo implicará a desativação de parte de seu parque industrial, aprofundando ainda mais a crise de valorização. As manifestações dessa crise estarão relacionadas com baixas taxas de crescimentos, elevado desemprego e precarização das condições de trabalho e movimentos de deflação de preços e salários (MOREIRA e TAVARES, 2010; MOREIRA, 2004).

4. A NATUREZA ESTRUTURAL DA CRISE CONTEMPORÂNEA DO CAPITAL

Face à manifestação espetacular da crise financeira global, institui-se, então, uma “fenomenologia da crise”, tentando explicar o derretimento e liquefação do capital a partir do “coração do Império”: “*crise dos suprines*”, “*crise especulativa*”, “*crise bancária*”, “*crise financeira*”... São muitas denominações dos ideólogos do sistema para designar essa imensa expansão da “*aventura especulativa*” que, na verdade, é uma manifestação espetacular da crise do sistema que vem à tona, abalando os seus fundamentos. O impasse do sistema financeiro não é causa, mas, sim, manifestação de um impasse na economia mundial. Em verdade, a crise financeira global, como manifestação da crise estrutural do sistema, revelou quão abstrata tornou-se a economia, colocando-a a “nu” o caráter etéreo da riqueza capitalista (MARQUES, 2009).

Fica, assim, clara a natureza desta crise que, de fato, não é uma crise financeira e nem tampouco tem sua origem nos mercados financeiros. O sintoma financeiro é sua manifestação mais evidente, mas não a sua essência. Em verdade, estamos diante de



uma crise do valor e seus desdobramentos (CARVALHO, 2010b). Logo, esta é uma crise que não é nova, com o bem circunscreve Mészáros (2011) *“crise estrutural de nosso tempo não se originou em 2007 com a explosão da bolha habitacional dos Estados Unidos”, mas sim, pelo menos, quatro décadas antes*. De fato, as suas primeiras sinalizações emergem com a crise do padrão fordista keynesiano, manifesta a exigência de intensificar a substituição do trabalho vivo pelo trabalho morto – *acirramento da contradição central* – justamente para elevar a produtividade e criar melhores condições de competitividade interna.

Assim, está em curso uma crise profunda do próprio sistema do capital, como um todo, de caráter sistêmico e de amplitude global, afetando o conjunto da Humanidade. István Mészáros, em suas reflexões de 2009, assim avalia:

Agora estamos falando de crise estrutural do sistema que se estende por toda parte e viola nossa relação com a natureza minando as condições fundamentais de sobrevivência humana [...] A crise atual é profunda [...] essa não é apenas a maior crise de história humana, mas a maior crise em todos os sentidos (MÉSZÁROS, 2009, p. 130-133)

E reafirma esta sua avaliação em 2011, face aos desdobramentos da crise, atingindo violentamente países europeus:

a crise em nossos dias não é compreensível sem que seja referida à ampla estrutura social global. Isso significa que, a fim de esclarecer a natureza da persistente e cada vez mais grave crise em todo o mundo hoje, devemos focar a atenção na crise do sistema do capital em sua inteireza, pois a crise do capital que ora estamos experimentando é uma crise estrutural que tudo abrange.[...] Em nossos dias, estamos experimentando a aprofundada crise estrutural do sistema de capital. Sua destrutividade é visível em toda parte, e não dá sinais de diminuição.

A rigor, trata-se de uma crise endêmica, cumulativa, crônica e permanente, intrínseca ao modo de funcionamento do sistema do capital na contemporaneidade. É uma longa crise estrutural, iniciada nos anos 70, crise em desenvolvimento e cada vez mais profunda. Ironiza István Mészáros: a grande crise econômica mundial de 1929-1933 se parece com *“uma festa no salão de chá do vigário”*, em comparação com a crise em curso. E, sustenta que a crise que estamos a experimentar nos dias de hoje, em uma escala de época, é apenas um prenúncio porque a crise estrutural do sistema do capital como um todo está destinada a piorar consideravelmente. A sua avaliação é que esta crise estrutural *“vai se tornar à certa altura muito mais profunda, no sentido de invadir não*



apenas o mundo das finanças globais mais ou menos parasitários, mas também todos os domínios da nossa vida social, econômica e cultural”(MÉSZÁROS, 2009). E, inegavelmente esta invasão da vida social pela crise já está a acontecer em nosso tempo histórico!...

Em verdade, esta crise estrutural revela-se em uma combinação de crises: ambiental, climática, alimentar, energética, crise do trabalho e uma profunda crise social. É uma crise civilizacional, decorrente da própria insustentabilidade do modo de funcionamento do sistema do capital, fundado na sua expansão predatória e sem limites, que se manifesta através de determinados indicadores: o uso indiscriminado dos recursos naturais; a privatização de bens comuns – *a água, o ar, a biodiversidade*; a expulsão do próprio processo de trabalho de centena de milhões de trabalhadores/ trabalhadoras que se tornam supérfluos ao modo de funcionamento do capital; o consumo exacerbado como definidor de um modo de ser; a lógica da descartabilidade de objetos e de pessoas...(SANTOS, 2010)

Ao longo de suas análises, enfatiza Mézáros (2002; 2007, 2009, 2011) que a tônica do capitalismo contemporâneo é a disjunção, a apartação radical entre a produção voltada genuinamente para as necessidades sociais e a produção dominante, direcionada para a auto-reprodução do capital. E, esta disjunção aprofunda-se nos processos dessa crise estrutural, ao longo das quatro últimas décadas, intensificando as conseqüências destrutivas, a colocar em risco o presente e o futuro da Humanidade. É a potência técnica a serviço da barbárie!... Daí a convergência de crises, a marcar o nosso tempo histórico e a revelar uma crise estrutural em desdobramento!

Assim, afirmam-se como encarnações emblemáticas dessa crise estrutural do capital na contemporaneidade: desemprego estrutural, destruição ecológica,, instabilidades, fluidez e riscos. Em verdade, são manifestações que constituem marcas do capitalismo contemporâneo, colocando em xeque a própria civilização do capital, abalando seus fundamentos (CARVALHO, 2010b).

O desemprego estrutural, a gerar um crescente contingente de “trabalhadores supérfluos”, o “refugo humano”, “seres humanos refugados”, – *no dizer de Bauman* (2005, 2010) – encarna uma expressão-limite deste modelo ilimitado de expansão capitalista. Analisa Mézáros:



[...]um sistema de reprodução não pode se auto condenar mais enfaticamente do que quanto atinge o ponto em que as pessoas se tornam supérfluas ao seu modo de funcionamento. Esta não é uma projeção para o futuro [...] é a gritante realidade mundial e o rumo negativo e do qual não se escapa do avanço do capitalismo” (1997:152).

O modo de funcionamento da civilização do capital, assentado em uma política predatória de acumulação de riqueza, avança e destrói a Natureza, submetendo-a, mais e mais, à Lei do Valor. A expansão capitalista implica em destruição ecológica... O mito da inesgotabilidade dos bens naturais ruiu, mas a força inercial do modelo predador persiste, em uma flagrante ameaça à vida planetária.

A instabilidade e fluidez afirmam-se como marcos referenciais do nosso tempo histórico, a circunscrever o que Zigmunt Bauman conceitua como “Modernidade Líquida”: (2001), a circunscrever o momento da civilização do capital que se caracteriza por extraordinária mobilidade e desregulamentação, volatibilidade, descentralização e desenraizamento, com a liquefação dos padrões de referência e interação. É uma fase radicalmente temporária, sem perspectiva de permanência e de processos de longa duração. A rigor, esta “*modernidade líquida*” é perpassada de riscos de natureza distinta a que todos estão expostos, mas que não são visíveis e não podem ser tocados e sentidos. São riscos difusos e globais que ameaçam a Humanidade, com profunda capacidade de mudanças na condição da vida humana (BAUMAN, 2004).

5. O ENFRENTAMENTO DA CRISE NO ÂMBITO DAS FORMAS DE REGULAÇÃO DO CAPITAL: O PARADOXO DO “REGRESSO DO ESTADO”

Indiscutivelmente, a crise civilizacional, em seus desdobramentos e manifestações, é uma crise que atinge os fundamentos do sistema. E, a crise financeira global, a irromper em 2008, constitui a sua manifestação espetacular, a revelar para o mundo a fluidez e a instabilidade, o caráter etéreo do poderoso sistema do capital. Os porta-vozes e beneficiários do sistema do capital, seus ideólogos e adeptos tentam circunscrever esta crise na dinâmica “*desconfiança/confiança*”: a “*crise de desconfiança*”; “*confiança como remédio mágico a assumir uma dimensão universal*”. De fato, é o credo capitalista, buscando reafirmar a confiança de que o mercado toma conta de tudo, mesmo



que despenque, inesperadamente, uma vez que, depois, subirá outra vez! É a tentativa de configurar uma “crise cíclica” que deverá ser debelada a partir de uma resposta global abrangente que recupere a confiança no capital financeiro. Alerta Mészáros (2009), que confiança no sistema capitalista é uma perversa sugestão.

Assim, sob os escombros fluidos do derretimento e liquidez do capital em crise, os governos dos Estados Unidos, da Europa e de tantas outras partes do mundo parecem redescobrir o “*estatismo todo privatizado*” (ANTUNES, 2009), fazendo ressurgir o remédio neokeynesiano, sepultado nas últimas três décadas pelos arautos do neoliberalismo, “*fiéis devotos do livre mercado*”. Em verdade, o neointervencionismo do Estado se faz explícito, declarado e reconhecido como caminho de salvação. Ao prefaciá-lo livro de Mészáros “*Crise Estrutural do Capital*”, Ricardo Antunes avalia que os governos dos países em crise fazem ressurgir o remédio do neokeynesiano como “*salvação para o verdadeiro caminho da servidão, ou seja, a sujeição da humanidade aos desígnios da lógica destrutiva do capitalismo e, em particular, de seu pólo hegemônico financeiro*” (ANTUNES, 2009, p.9).

Nos circuitos dramáticos da manifestação espetacular da crise financeira, o discurso dominante, no final da primeira década do século XXI, proclama o “*regresso do Estado*”, ou seja, a volta do Estado como ator importante e decisivo. A pedra de toque no desvendamento deste momento na civilização do capital é ter clareza que o neointervencionismo do Estado – *hoje, explícito nos circuitos de crise e, velado, no passado recente de dominância neoliberal* – constitui elemento decisivo nos processos de acumulação e valorização do capital nos percursos da mundialização e seus ciclos de ajuste. Neste sentido, István Mészáros é categórico: “*o sistema capitalista não sobrevive um dia sequer, sem uma das múltiplas formas de intervenção massiva do Estado*” (MÉSZÁROS, 1997). Inegavelmente, o Estado é um dos elementos do núcleo constitutivo do sistema de sociometabolismo do capital (MÉSZÁROS, 2002), atuando, de formas específicas e peculiares, nos diferentes momentos de desenvolvimento da civilização do capital.

A rigor, o Estado ajusta a sua intervenção às distintas exigências do sistema do capital, em suas diferentes fases, desenvolvendo um neointervencionismo estatal, funcional ao padrão de acumulação e formas de valorização do capital nos circuitos de sua mundialização.

Logo, o alardeado regresso do Estado é um falso regresso, ou melhor dizendo, encarna o paradoxo do “*regresso sem partida*” (CARVALHO, 2010a). A rigor, a



proclamação de tal regresso não é senão “a volta do Estado ao centro da cena pública”, a partir do desmonte da mitologia neoliberal do “livre mercado a regular a vida social”. Em meio a crises, a fazer ruir e “cair por terra” a apologética que pregava a “eternização do capital”, guiado pela “mão invisível do mercado”, a questão do Estado ganha centralidade na cena pública. É o reconhecimento público, pelo discurso dominante, de “ser o Estado solução e não problema”, como apregoava o credo neoliberal, ao demonizar o Estado como fonte de todos os males (SANTOS, 2006, 2008a, 2008b). Logo, este declarado “regresso do Estado” parece indicar o “debacle” da “era do neoliberalismo”, indicando mudanças significativas no exercício do controle social pelo sistema do capital. Boaventura de Sousa Santos afirma que estamos ante uma “nova globalização pós-neoliberal” (SANTOS, 2008b).

Assim, neste cenário de crises de instabilidades, fluidez e riscos do final da primeira década do século XXI, o neointervencionismo do Estado assume configurações peculiares e impensáveis. De fato, o que está em pauta é nada menos que “salvar o sistema”... E, face a esta “nobre causa”, os ideólogos e operadores do capital abdicam de dogmas e posicionamentos, concentrando-se em respostas pragmáticas. E, assumem, sem reservas, a intervenção financeira maciça do Estado. De fato, na rasteira da crise, o Estado, em diferentes países centrais, assume o controle direto de uma parcela considerável do sistema financeiro, fazendo, assim, o impensável acontecer: a nacionalização da bancarrota capitalista.

A rigor, o Estado, na cena pública, exerce a sua condição de “fiador” dos interesses do capital, entrando com bilhões de dólares para salvar as maiores instituições financeiras – Bancos e Seguradoras – quando “rebentou a corda” da acumulação rentista sem medidas e limites. Na verdade, o Estado assume este papel de “salvador” com o dinheiro dos milhões de contribuintes, perversamente atingidos com a crise, decorrente do padrão de financeirização assumido pelo capital, personificado em banqueiros e acionistas. Ademais, o “fiador” socorre as instituições financeiras com o dinheiro público, sem estabelecer condicionalidade de retorno e de ressarcimento deste dinheiro.

A questão decisiva em pauta é a incapacidade deste neokeynesianismo, via intervenção financeira maciça do Estado e das instituições globais, para resolver a crise. A rigor, novas regulações do capitalismo – como querem determinados organismos internacionais e proclamam ideólogos do capital – não constituem alternativa de solução para essa crise global do sistema do capital na condição de uma crise sistêmica. Não



atende nem mesmo às demandas da crise financeira global. Na verdade, as enormes quantias empregadas pelas autoridades políticas e financeiras apenas atendem, numa extensão muito limitada, um único aspecto da crise atual: a liquidez dos bancos e companhias de seguros, não solucionando à quase catastrófica insolvência dos bancos e companhias de seguro. Além do que, os problemas não se esgotam, de modo algum, no setor financeiro, pois, de modo ainda mais intratável, configuram-se os setores produtivos da indústria capitalista com sérios problemas...

E, como um componente vital da crise estrutural e sistêmica, a abalar os alicerces da civilização do capital, permanece a corrosão do trabalho, com intensificação do quadro crítico nos Estados Unidos, na Europa e com profundas repercussões no mundo do trabalho em escala global: é a erosão do trabalho relativamente contratado e regulamentado; é a precarização estrutural da força de trabalho; é a explosão do desemprego que atinge enormes contingentes de trabalhadores, sejam homens ou mulheres, estáveis ou precarizados, formais ou informais, nativos ou imigrantes...E mais: os indicadores econômicos seguem sinalizando o aprofundamento da deterioração da economia real. A rigor, a economia global está marcada por trajetória descendente, ao final desta primeira década do século XXI, mostrando quão inócua é a alternativa das regulações capitalistas para a superação desta crise!

De fato, as medidas excepcionais tomadas no âmbito fiscal e monetário com o objetivo de enfrentar a economia internacional engendraram custos significativos para as economias avançadas. A dívida pública cresceu substancialmente, na tentativa de compensar o declínio do endividamento privado que se manifesta desde o início da crise. Ademais, a política monetária, com taxas de juros extremamente baixas e uma forte injeção de liquidez nas economias, atingiu o seu limite no que se refere à capacidade de enfrentar os efeitos negativos da redução do crédito.

A instabilidade dos mercados financeiros, decorrente, principalmente, da real possibilidade de *default* de algumas economias desenvolvidas que possuem elevada dívida pública e baixa taxa de crescimento, pode impactar fortemente no desempenho da economia real. Nesse sentido, as medidas fiscais de austeridade se generalizam visando restabelecer a confiança dos mercados financeiros.

Se, por um lado, a implementação de políticas fiscais contracionistas legitima essas economias perante os mercados financeiros, por outro lado, a redução dos gastos públicos compromete a frágil retomada do crescimento econômico, com impactos



negativos nas políticas sociais e de renda.

Diante desse cenário de lenta recuperação dos países avançados, economias emergentes, como a brasileira, continuam registrando crescimento superior a média mundial. A existência de uma demanda doméstica “sólida” tem sido o seu grande trunfo em um contexto de forte instabilidade financeira com repercussões favoráveis na demanda externa. Vale destacar que o dinamismo da demanda interna se beneficia, em grande parte, das políticas expansionistas no âmbito fiscal.

Entretanto, o crescimento econômico, paradoxalmente, parece intensificar o processo de financeirização da economia brasileira, acentuando seus desequilíbrios macroeconômicos através de dois processos. O primeiro está associado à continuidade da expansão da dívida interna pública brasileira, em função da manutenção de taxas de juros reais em níveis extremamente elevados.

O segundo está relacionado com a sobrevalorização da moeda nacional que resulta em parte das políticas de juros reais elevados, prejudicando o desempenho das contas de transações correntes, ao deprimir as exportações, desencadear um processo de substituição da produção local por importações e incrementar as remessas de lucros e dividendos das empresas estrangeiras.

O déficit em conta corre que resulta desse processo é cada vez mais financiado por investimentos de portfólio, de natureza volátil e de curto prazo. Portanto, as respostas clássicas de enfrentamento da crise financeira acentuam o processo de financeirização da economia brasileira.

Diante da instabilidade macroeconômica, o novo governo tenta conter a taxa de juros reais da economia com medidas de contenção fiscal e monetária. Com o corte de gastos, a expectativa do governo é que o Banco Central, através do Comitê de Política Monetária, possa fazer um ciclo curto de aumento e comece a baixar os juros antes do fim de 2011.

Na visão do governo, um ajuste fiscal insuficiente leva ao crescimento da relação dívida/PIB e as dúvidas quanto à sua capacidade de pagamento, podendo dificultar o refinanciamento da dívida pública e provocar saídas de capital estrangeiro e, conseqüentemente, crise no balanço de pagamentos. A resolução do problema passaria pela intensificação do ajuste fiscal, com o aumento e sustentabilidade do superávit primário, por meio de reformas estruturais, como a previdenciária e tributária.

Um olhar crítico a incidir nossas intervenções econômicas da política de Estado



revela a sua incapacidade de responder a esta crise contemporânea do capital. A rigor, as intervenções estatais, tanto de natureza keynesiana como ortodoxa, mostram-se inócuas face aos desequilíbrios estruturais do sistema do capital mundializado nos circuitos da acumulação rentista.

Em verdade, a crise estrutural do sistema do capital a expressar um esgotamento do modelo dominante, não será resolvida no âmbito deste sistema sociometabólico do capital e sua expansão incontrolável e predatória. Mészáros é, mais uma vez, radicalmente categórico: *“Mas a última coisa de que hoje precisamos é continuar a “dar nós nos ventos”, quando temos de enfrentar a gravidade da crise estrutural do capital, a qual exige a instituição de uma mudança sistêmica radical”* (2009, p.28).

Em conferências no Brasil, em junho de 2011, Mészáros reafirma esta convicção da impossibilidade de saída para a crise em curso no interior do próprio sistema do capital, ao enunciar como título de sua fala “Crise estrutural necessita de mudança estrutural”. E, declara no âmbito da sua análise: “o ponto que eu desejo enfatizar é que a crise que temos de enfrentar é uma *crise estrutural* profunda e cada vez mais grave, que necessita da adoção de remédios estruturais abrangentes, a fim de alcançar uma solução sustentável”. E, assim, conclui sua brilhante exposição:

A dramática crise financeira que experimentamos nos últimos três anos é apenas um aspecto da trifurcada destrutibilidade do sistema de capital.

(1) na esfera militar, com as intermináveis guerras do capital desde o começo do imperialismo monopolista nas décadas finais do século dezanove, e suas mais devastadoras armas de destruição em massa nos últimos sessenta anos;

(2) a intensificação, através do óbvio impacto destrutivo do capital na ecologia, afetando diretamente e já colocando em risco o fundamento natural elementar da própria existência humana, e

(3) no domínio da produção material e do desperdício cada vez maior, devido ao avanço da “produção destrutiva”, em lugar da outrora louvada “destruição criativa” ou “produtiva”.

Esses são os graves problemas sistêmicos de nossa crise estrutural que só podem ser solucionados por uma completa mudança estrutural (MÉSZÁROS, 2011, p.12-13).

Se o neokeynesianismo do Estado todo privatizado é a resposta encontrada pelo capital para sua crise estrutural, as respostas das forças sociais do trabalho devem ser radicais, na perspectiva de criar um modo de produção e vida profundamente distinto do atual. E, retomemos o desafio vital de István Mészáros neste início do século XXI: a necessidade imperiosa de construção de um novo sistema sociometabólico, de um modo de produção baseado na atividade autodeterminada, na ação dos indivíduos livremente



associados e em valores para além do capital. E, a incapacidade do capitalismo de encontrar soluções duradouras para seus problemas abre espaço para a primazia da política, criando condições para o avanço das lutas emancipatórias capazes de confrontar com o sistema sociometabólico dominante e essencialmente destrutivo para a humanidade e a natureza. E, neste sentido, hoje, a América Latina encarna um potencial emancipatório nos processos de contra-hegemonia em curso e nesta civilização do capital em crise!

Indiscutivelmente, comungamos com Boaventura de Sousa Santos que, na “recriação da emancipação no século XXI”, a novidade vem do Sul!

6 POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DA CRISE CONTEMPORÂNEA DO CAPITAL

Ao delinear o padrão contemporâneo de intervenção do Estado no contexto da crise, impõe-se o desafio de pensar as políticas públicas. Nesta perspectiva desenvolvemos um duplo aporte: a configuração das políticas públicas na crise mundial, tomando, como referência empírica, a política de telecomunicações nos EUA e na Alemanha; uma reflexão sobre dilema das políticas sociais de assegurar o bem-estar em um contexto de mal-estar em tempo de crise.

6.1 As políticas públicas na crise mundial: um estudo das telecomunicações nos EUA e na Alemanha

A persistência das incertezas sócio-econômicas, geradas pela crise financeira de 2008, demandou uma revisão do papel do Estado no desenvolvimento interno. Três teses se posicionaram para interpretar a conjuntura atual: a protecionista, a regulatória e a neoliberal. A primeira iniciada nas décadas de 1980 e 1990 (EVANS, JOHNSON e WADE) e centrada em estudos do modelo asiático foi revivida nas teses neo-protecionistas de James. (2009) O autor atribuiu a resiliência dos BRICS, durante a crise financeira de 2008, à existência de salvaguardas institucionais formais e informais que insulavam seus mercados internos das pressões externas. Seu pragmatismo protecionista reconciliava as vantagens financeiras e tecnológicas da nova ordem mundial, com a minimização das vulnerabilidades trazidas pela competição externa. James concluiu que a



resolução da crise nos países ricos depende da reindustrialização financiada por fundos privados mantidos dentro dos países desenvolvidos através de mecanismos institucionais que inibem seu deslocamento para os países emergentes.

A vertente neo-keynesiana, esposada por Skidelsky (2010) e Stiglitz, advogou readequação das teses originais às mudanças trazidas pela globalização da década de 1990: intenso comércio mundial, integração de redes e fusões culturais propiciadas pela migração. A crise de 2008 seria fruto de um longo período de desregulação governamental acompanhada por uma concentração econômica, produzindo um monopólio de informações e exageros especulativos. A integração mundial tornou inócua a clássica regulação nacional, requisitando uma governança global mais complexa que incorpore novos atores centrais tais como os BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China). Sugeriram a institucionalização dos G-20 num fórum multilateral permanente que regula os desordenados fluxos financeiros privados.

A tese neo-liberal de Gareffi e Rodrik, vinculou o desenvolvimento às exportações. Seus dados apontam para três variáveis determinantes de sucesso: produção e exportação de produtos tecnológicos, taxas competitivas de câmbio e flexibilização dos mercados de trabalho. Para Rodrik essa receita seria a chave do êxito dos países asiáticos contra as oscilações latino americanas.

A ambiguidade demonstrada na breve revisão de literatura ilustra a dificuldade das análises abstratas, distantes da compreensão concreta dos agentes da globalização, natureza dos seus capitais, modelos de regulação governamental e finalidade e instrumentos de políticas públicas. Uma análise concreta das telecomunicações significa a escolha de um setor que reúna duas situações em permanente contradição: a essencialidade para o desenvolvimento interno e a elevada internacionalização. Na mesma instância que as telecomunicações representam os condutores dos fluxos de comunicações dos subsistemas infraestruturais, serviços, científicos e industriais, instrumentos do desenvolvimento interno, integram os nodos de intensa associação entre investidores privados nacionais internacionais.

Uma análise concreta das experiências americana e alemã, além de revelar os surpreendente recuo dos dois modelos mais avançados, mostraria as dificuldades de reação governamental à crise de 2008. O estudo delimita três instâncias:

1. O modelo de utilidades públicas adotado no século XX e representado por



AT&T (American Telegraph and Telephone) e Deutsche Telekom. A clássica política setorial formavam uma cadeia integrada de infraestrutura, serviços, indústria de teleequipamentos e C&T (Ciência e Tecnologia), estruturando ampla cobertura, elevada densidade, produtividade industrial e avançado sistema tecnológico de integração entre universidades, laboratórios de pesquisa, indústria e provedores de serviços. O equilíbrio e integração deste modelo distinguia o capitalismo desenvolvido do capitalismo em desenvolvimento.

2. Desregulação marcada pela quebra da AT&T em 1984 e o desmembramento da Deutche Telekom em 1989 anuncia a fragmentação da cadeia original. A infraestrutura passa se condicionar pelos serviços privados, e a C&T evolui isoladamente da produção. O efeito mais notório da fragmentação da cadeia ocorreu com o deslocamento da industria de teleequipamentos para Asia.

3. Nos EUA e Alemanha, apesar da competição momentânea, o setor passa por uma consolidação oligopolista sob a liderança dos provedores de serviços, fragilizando mais ainda a regulação governamental. A comercialização de serviços determina a infraestrutura, industria e C&T.

4. A crise financeira de 2008 revelou a extensão da inversão estrutural na ordem mundial. Nos países desenvolvidos a fragmentação da cadeia original, além de reduzir a abrangência da regulação, inibiu a formulação de políticas setoriais coerentes com as metas da recuperação da crise. Os diversos planos nacionais da banda larga, lançados como componentes chaves dos programas de recuperação econômica da crise de 2008, ficaram bem aquém das metas estipuladas. Por outro lado a integração da cadeia nos países asiáticos produziu uma estratégia coerente, estruturando o modelo mais avançado tanto na cobertura infraestrutural, densidade de serviços, ritmo de inovações tecnológicas e qualidade de teleequipamentos.

A luz desta discussão, o trabalho questiona o poder interpretativo do neo-protecionismo, neo-keynesianismo e neo-liberalismo, argumentando que o desenvolvimento interno depende de uma política setorial de integração dos subsistemas nacionais, tais como: infraestrutura, serviços, conhecimento e industria. Seu sucesso depende da subordinação dos meios ao princípio da igualdade de condição entre regiões, classes e grupos sociais.



6.2 Políticas públicas e o desafio de assegurar o bem-estar coletivo em tempos de mal-estar

No contexto de liquidez, inseguranças e riscos que circunscrevem os tempos contemporâneos de crise, uma questão nos desafia, qual “esfinge de Édipo”: pensar as políticas públicas discutindo o seu potencial de assegurar o bem-estar coletivo. Isso, concretamente, impõe circunscrevê-las como mediações que possam ser capazes:

- de assegurar condições de vida e de trabalho;
- de garantir acesso a direitos sociais;
- de propiciar a inserção em redes de proteção social de numerosos contingentes populacionais que tentam se equilibrar no “*fio da navalha*” das exclusões e inclusões precárias;

- de buscar a redução, cada vez mais crescente, do fosso entre as coletividades de pessoas que habitam este lugar e tempo que convencionamos chamar “civilização do capital”.

A questão desafiante assume, agora, contornos mais nítidos, quando indagamos: qual as potencialidades latentes que políticas públicas encerram de garantir padrões de bem-estar nesta civilização de profundo mal-estar?(CARVALHO, 2010c)

O avançar neste debate requer, como ponto de partida, a demarcação de um princípio norteador: as políticas públicas, no sistema regido pela lógica do capital, não tem possibilidades de garantir plenamente o bem viver, circunscrito no efetivo exercício da dialética igualdade/diferença.

De fato, a garantia do bem viver impõe a exigência de uma outra sociedade, regida pela lógica da emancipação humana e fundada em padrões éticos que viabilizem a plenitude da vida.

Isto posto, entendemos que, na civilização do capital, cabe às políticas públicas contribuir para o acesso, cada vez mais ampliado, às condições de autonomia, ao exercício da dignidade, à efetiva participação na vida social, enfim, o assumir da plena condição de sujeitos de direitos, de sujeitos políticos.

Esta é, na verdade, a potencialidade das políticas públicas de contribuir nos processos emancipatórios, fazendo a efetiva diferença em relação ao modelo dominante que, até então, reserva às políticas públicas as funções compensatórias e disciplinadoras no âmbito da administração da pobreza.



O assumir de tal potencialidade emancipatória das políticas públicas requer que elas se transformem em espaços incorporadores de lutas e demandas dos mais diversos movimentos sociais, como forma de recrudescer a contraditoriedade constitutiva do Estado. A rigor, são as políticas públicas pressionando a ampliação do Estado, na perspectiva de torná-lo mais permeável aos interesses coletivos da maioria da população, acirrando suas contradições.

Em verdade, trata-se de uma refundação das Políticas Públicas, com base em novos paradigmas que têm por escopo a justiça e a equidade, numa efetiva ruptura com a ótica compensatória e ajustadora dos mínimos sociais.

A concepção desses novos paradigmas, eminentemente processuais, requer que pensemos determinados pontos-chave, à guiza de provocações para estudo e debates:

- O caráter relacional das políticas públicas, rompendo com a dicotomia políticas econômicas e políticas sociais e com a fragmentação e focalização setorial;
- Transformação no padrão da gestão pública na perspectiva da integração e articulação de distintas políticas;
- Nova institucionalidade das políticas públicas que passam a constituir-se política de Estado e não apenas de governo;
- Estabelecimento de uma relação democrática e transparente com a sociedade civil, na perspectiva da participação e controle social das políticas públicas;
- Ampliação do Fundo Público, a partir da tributação de diferentes fontes de riqueza que escapam às anacrônicas bases arrecadatórias.

Temos consciência de que estes novos paradigmas de políticas públicas estão imbrincados nos processos de refundação do Estado pela via da política, mais precisamente, a “*Grande Política*” de que fala Gramsci, encarnada nas lutas dos movimentos sociais capazes de gestar tensionamentos com o sistema do capital e com as formas de opressão e exclusão do neocolonialismo.

Em verdade, esta “*Grande Política*” nunca se fez tão urgente e necessária como nos tempos do presente em que a civilização do capital experimenta um mal-estar sem precedentes, a exigir a inversão de rota na direção do *Bem-viver*.



7. À GUIA DE CONCLUSÃO

Ao focar o cenário contemporâneo de crises, que se cruzam e se entrecruzam a apontar para uma crise civilizacional, destacam-se, como marcas do tempo presente, contradições, assimetrias, instabilidades, incertezas, riscos produzidos, fluidez, descartabilidade, redefinições identitárias, resistências, lutas processos emancipatórios. Em meio às crises e às múltiplas formas de exclusões e inserções, entendemos que os sujeitos constroem resistências cotidianas moleculares e redesenham formas de organização e luta por direitos e distintas vias de inclusão.

No horizonte dessas lutas contemporâneas, configura-se a dialética da afirmação da igualdade e do reconhecimento da diferença. É o que afirma Boaventura de Sousa Santos em sua formulação do horizonte emancipatório: “precisamos defender a igualdade sempre que a diferença nos inferiorizar e defender a diferença sempre que a igualdade implicar em descaracterização” (2000, 2004, 2006).

Neste contraditório cenário contemporâneo, constatamos as reconfigurações do Estado e das Políticas Públicas, no contexto de redefinições da civilização do capital nos circuitos da crise mundial. Assim, impõe-se, como desafio do tempo presente, construir uma concepção ampla de avaliação de políticas públicas, como uma construção reflexiva que faz parte dos processos de (re)pensar o Estado e o público, buscando, de forma dialética e propositiva, apreender e desvendar a complexidade das políticas públicas (CARVALHO e GUSSI, 2011).

Assumimos a perspectiva de avaliação das políticas públicas como um processo de natureza sócio-política e cultural, a exigir a necessária contextualização analítica e delineamento processual de desenhos metodológicos. Esta perspectiva ampla de avaliação, de caráter sócio-político, implica um duplo esforço: um esforço analítico de compreensão das políticas públicas no contexto contemporâneo da civilização do capital, em crise, considerando as reconfigurações da intervenção estatal e a dinâmica político-cultural da sociedade; e um esforço sócio-técnico de desenhos metodológicos, com aportes operativos que deem conta das exigências analíticas ao tratar a complexidade do objeto avaliativo. Essas duas dimensões articulam-se, hibridizam-se na construção desta perspectiva (CARVALHO e GUSSI, 2011).

De fato, o espectro desta avaliação é amplo e abrangente a pensar a política pública dentro do padrão de intervenção do Estado, bem como nas suas relações com



distintos sujeitos sociais, imersos em universos de sentidos e significados no contextos de suas culturas. Mais especificamente, trata-se de pensar a política pública como uma materialização, de forma própria e peculiar, das relações Estado e sociedade civil, em um dado momento histórico e em determinado contexto político institucional. Trata-se, assim, de analisar as políticas públicas como expressão das contradições que perpassam o Estado, ampliado com a participação da sociedade civil pela via dos processos políticos de conflitos e lutas.

Em verdade, esta perspectiva de avaliação constitui-se em um esforço analítico, no sentido de atender a múltiplos desafios:

- Analisar as redefinições da civilização do capital, em meio à sua crise estrutural;
- Considerar as novas configurações dos padrões contemporâneos de intervenção do Estado no contexto da crise;
- Adentrar no universo cultural, onde os diferentes sujeitos envolvidos nesta política se movimentam, se constituem;
- Circunscrever o jogo de interesses sociais, no âmbito das relações de poder;
- Configurar agendas públicas em diferentes conjunturas.

Reafirmamos a convicção de que essa perspectiva de avaliação ampla e abrangente de políticas públicas, viabiliza o potencial democrático dos processos avaliativos, entendendo que este esforço de demarcar tendências e possibilidades, a construir um campo epistemológico de reflexão de políticas públicas.

Por fim, compreendemos que a análise – aqui circunscrita – das reconfigurações do Estado e das Políticas Públicas, no contexto da crise estrutural do capital, constitui um desafio investigativo, posto como urgente e prioritário no campo de avaliação de Políticas Públicas. Em verdade, é este desafio que estamos a enfrentar no Mestrado Profissional de Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, sendo a análise, consubstanciada neste trabalho coletivo de cinco pesquisadores, uma expressão deste empreendimento no âmbito da pesquisa.



REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. (2009). Introdução: A substância da crise. In MÉSZÁROS, I. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo (p.p. 9-16)
- BAUMAN, Z. (2010). *Vida a crédito: conversas com Citlali Rovirosa-Madrado*. Rio de Janeiro: Zahar.
- _____. (2005). *Vidas desperdiçadas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- _____. (2004). Entrevista com Zigmunt Bauman. BURKE, Lúcia Garcia Pallares (entrev). São Paulo: Revista Tempo Social, 16, nº 1. IS SN 0103-2070. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0103-20702004000100015&script=sci_arttext. (consultado na internet em 5 de outubro de 2009)
- _____. (2001). *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.
- BENJAMIM, C. (2004). *Atualidade de Marx*. Revista Espaço Acadêmico. nº 42. Mensal- ISSN 1519.6168.
- _____. (2008). *Karl Marx manda lembranças*. Folha de São Paulo. São Paulo.
- BOYER R. (1999) "Le politique à l'ère de la mondialisation et de la finance : le point sur quelques recherches régulationnistes", in *L'année de la régulation : Etat et politique économique*, vol. 3.
- CARVALHO, A. M. P. (2010a). Políticas públicas e o dilema de enfrentamento das desigualdades: um olhar crítico sobre a América Latina no século XXI. In SOUSA, F. J. P. de. *Poder e políticas públicas na América Latina*. Fortaleza: Edições UFC.
- _____. (2010b). *Crise estrutural do capital no século XXI: desafios do nosso tempo histórico*. In: *I Encontro Internacional de Estudos sobre a América Latina*. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte. UFRN (mimeo)
- _____. (2010c). *Políticas Públicas no presente: o desafio de assegurar o bem-estar coletivo em tempos de mal-estar*. Aula inaugural do Mestrado Profissional de Avaliação em Políticas Públicas – MAPP. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – UFC. (mimeo)
- CARVALHO, A. M. P. e GUSSI, A. F. (2011). *Perspectivas Contemporâneas em Avaliação de Políticas Públicas*. Seminário do Mestrado de Avaliação em Políticas Públicas "Avaliação de Políticas Públicas em Tempos Contemporâneos". Fortaleza: Universidade Federal do Ceará (mimeo).
- CHESNAIS F. (1997a), "La physionomie des crises dans le régime d'accumulation à dominante financière et les mécanismes de propagation de crise économique à l'échelle mondiale", in *Journée d'étude de l'appel des économistes pour sortir de la pensée unique*.
- _____. (1997b), *La mondialisation du capital*, Paris, Syros.



FOSTER, J. e MAGDOFF, F. (junho de 2009), "Implosão financeira e estagnação: de volta à economia real", in Revista Brasileira de Economia Política, Rio de Janeiro, nº 24, p. 7-40

JAMES, Harold (2009). *The Creation and Destruction of Value*. Cambridge, Ma: Harvard University Press.

MARX, Karl (1983). *O Capital: crítica da Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural (Os economistas).

_____ (1971). *Elementos Fundamentais para la crítica de la economía política (Grundrisse)*. Vol. 1 e 2, Espanha: Ed. Siglo Vientiuno.

MCMILLAN, M. e RODRIK, D. (2011). "Globalization, structural change and productivity growth" <http://www.hks.harvard.edu/fs/drodrik/Research%20papers/Globalization,%20Structural%20Change,%20and%20Productivity%20Growth.pdf>

MÉSZÁROS, I. (2011). *Europa virou sistema do partido único*. Entrevista a Cláudia Antunes. Folha. Com.tools.folha.com.br/print?url=http%3A%...(consultado na internet em 6 de junho de 2011)

_____ (2011). Crise estrutural necessita de mudanças estruturais. In: *Caderno de Textos nº 5 – Tópicos Utópicos*. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza.

_____ (2009). *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo.

_____ (2007). *O desafio e o fardo do tempo histórico: o socialismo no século XXI*. São Paulo: Boitempo.

_____ (2002). *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo Editorial & Editora da UNICAMP.

_____ (1997). Ir além do capital In COGGIOLA, O. (Org.), *Globalização e Socialismo*. São Paulo: Xamã.

MOREIRA, C.A.L. e TAVARES, A. T. (2010), "Financialization" of Capitalism and Its Recent Effects on Latin America, in *World Review of Political Economy*, v. 1, nº3, p. 500-516.

Moreira, C.A.L. (2004), O financiamento especulativo dos grandes grupos econômicos na origem da crise do regime de acumulação de dominância financeira, in *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, v.8, nº2, p.27-56.

SANTOS, B. de S. (2008a). *Terramoto de longa duração*. Revista Visão. Portugal.

_____ (2008b). *O impensável aconteceu*. São Paulo: Folha de São Paulo.

_____ (2006a). *A gramática do tempo: por uma nova cultura política*. São Paulo: Cortez.



_____ (2006b). *O regresso do Estado*. Publicado na Visão em 16 de Março 2006.

_____ (2004). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. São Paulo: Cortez.

_____ (2000). *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. São Paulo: Cortez.

SKIDELSKY, R. (2009). *Keynes: the return of the master*. New York: Public Affairs.

STIGLITZ, J. (2010). *Freefall*. New York: W. W. Norton and Company.

TAVARES M. C. e MELIN L. E. (1997), "A reafirmação da hegemonia norte-americana", In TAVARES M. C. e FIORI J. L., *Poder e Dinheiro*, Rio de Janeiro, Vozes.

TAVARES M. C. (2009), "A crise financeira atual" in Paper Itamaraty, 30/04/2009.